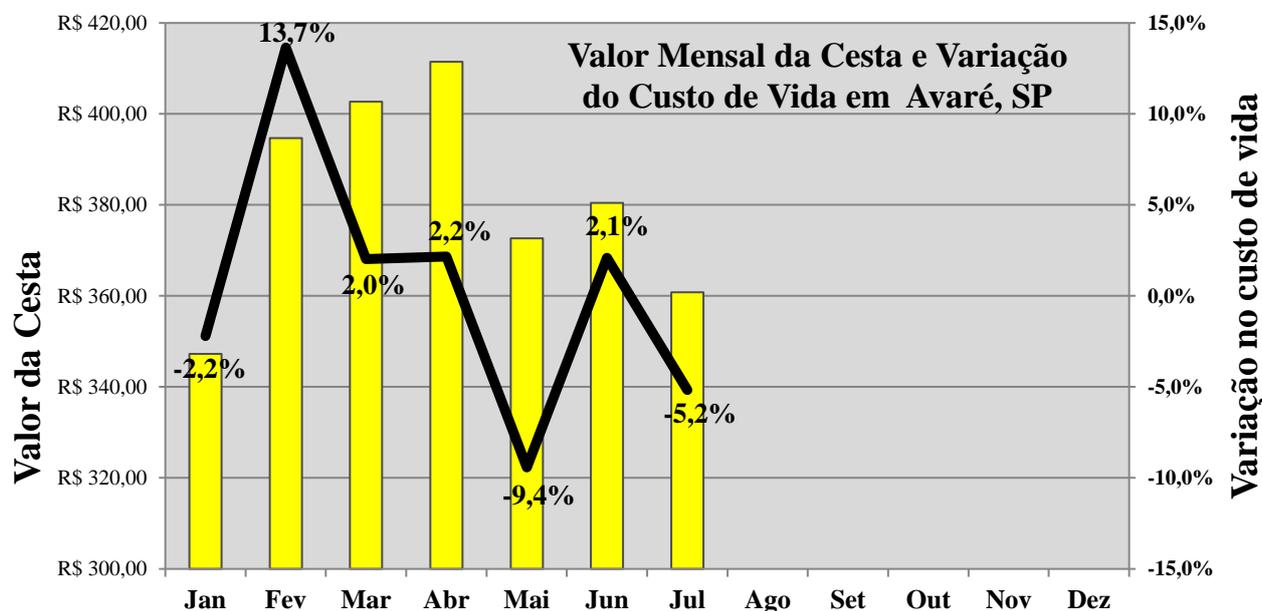


Julho 2019 = -5,17%

Acumulado 2019 = 1,60%

Em comparação com o mês anterior, o **ICV UniFSP** de Julho de 2019 registrou uma queda de **-5,17%** no valor da cesta básica da cidade de Avaré, que passou a valer **R\$ 360,79** contra R\$ 380,48 de junho. De acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada mensalmente pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em julho de 2019, o custo do conjunto de alimentos essenciais diminuiu em todas as capitais brasileira. As altas mais expressivas apareceram nas capitais Porto Alegre (R\$ 493,22), seguida por São Paulo (R\$ 493,16), Florianópolis (R\$ 483,20) e Rio de Janeiro (R\$ 479,28). Os menores valores médios foram observados em Aracaju (R\$ 359,95) e Salvador (R\$ 372,25).

Abaixo, valor da cesta e a variação mensal do custo de vida alimentar.



No mês de julho de 2019, a alta mais expressiva na cidade de Avaré foi no preço do leite, que subiu (2,4%). As maiores quedas foram nos preços da batata (-24,1%) e do tomate (-19,7%).

A alta do leite é explicada pela oferta limitada no campo em função da entressafra e da maior competição entre indústrias para garantir a compra de matéria-prima. A queda da batata é ocasionada pela grande oferta do produto, pois no período de seca, a produção tende a ser mais alta. Já a queda no preço do tomate foi influenciada, em grande parte, pelos períodos de temperaturas mais altas que maturaram o tomate e aumentaram sua oferta para o período, o que o reduziu o preço no varejo.

* A metodologia de referência é a do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e leva em consideração treze produtos alimentares básicos e suas respectivas quantidades os quais seriam suficientes para o sustento e bem estar mensal de um trabalhador em idade adulta, contendo quantidades balanceadas de proteínas, calorias, ferro cálcio e fósforo. Esses valores foram definidos por região do Brasil e apresentados pela Lei nº 185 de 14 de Janeiro de 1936, regulamentada pelo Decreto Lei nº 399 de 30 de abril de 1938, ainda em vigor.